

ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCRR Nº 2023/000095

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATOR: JOSÉ ALBERTO VIANA GAIA

**EMENTA. FISCALIZAÇÃO. COMPOSIÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO EM ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL SEM REGISTRO CADASTRAL NO CRC. REGULARIZAÇÃO POSTERIOR AO PRAZO DE DEFESA. INFRAÇÃO CONFIGURADA. MULTA MANTIDA. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.** 1. PROCESSO INSTAURADO A PARTIR DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2023/000109, LAVRADO EM 26/10/2023, EM RAZÃO DE O AUTUADO COMPOR O QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA NÓRTER – ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., SEM O DEVIDO REGISTRO CADASTRAL NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RORAIMA – CRCRR, EM DESCONFORMIDADE COM O ART. 15 E ALÍNEA “B” DO ART. 28 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, C/C A LEI Nº 6.839/80 E O ITEM 5, ALÍNEA “F”, DO CEPC (NBC PG 01). 2. O AUTUADO, REGULARMENTE NOTIFICADO, APRESENTOU DEFESA TEMPESTIVA, ALEGANDO TER ENCAMINHADO A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O REGISTRO DA SOCIEDADE DENTRO DO PRAZO DE DEFESA, REQUERENDO O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO EM VIRTUDE DA SUPOSTA REGULARIZAÇÃO. 3. CONSTATOU-SE, NO ENTANTO, APÓS DILIGÊNCIAS DETERMINADAS POR ESTA CÂMARA, QUE O PEDIDO DE REGISTRO FOI PROTOCOLADO APENAS EM 07/12/2023, OU SEJA, APÓS O PRAZO LEGAL PARA DEFESA, NÃO SE CONFIGURANDO REGULARIZAÇÃO TEMPESTIVA CONFORME O DISPOSTO NO ART. 44, INCISO I, DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.603/2020. 4. O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RORAIMA INFORMOU QUE, À ÉPOCA DA AUTUAÇÃO, A EMPRESA POSSUÍA QUADRO SOCIETÁRIO COMPOSTO POR PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE DEVIDAMENTE REGISTRADA E SÓCIO LEIGO, SEM ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.555/2018 (ATUALMENTE SUBSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.708/2023). 5. POSTERIORMENTE, A EMPRESA CORRIGIU O REGISTRO, ALTERANDO O QUADRO SOCIETÁRIO E ADEQUANDO A COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL ÀS EXIGÊNCIAS NORMATIVAS, POR MEIO DA QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL, FATO QUE, TODAVIA, NÃO ELIDE A INFRAÇÃO, UMA VEZ QUE A REGULARIZAÇÃO OCORREU APÓS O PRAZO DE DEFESA. 6. RESTOU, ASSIM, CONFIGURADA A INFRAÇÃO DE COMPOR QUADRO SOCIETÁRIO EM ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL SEM O DEVIDO REGISTRO CADASTRAL NO CRC, MANTENDO-SE A PENALIDADE APLICADA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. 7. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E, NO MÉRITO, IMPROVIDO.

**DECISÃO:** A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO A PENALIDADE DISCIPLINAR DE MULTA NO VALOR DE R\$ 1.074,00 (HUM MIL E SETENTA E QUATRO REAIS), NOS TERMOS DA ALÍNEA “C” DO ART. 27 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46,**

DA RES. CFC Nº 1.603/2020 E DA RES. CFC Nº 1.709/2023. DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 444ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 475ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 07/05/2025.